

# SÓ A LUTA TE GARANTE GANHO REAL, EMPREGO E DEFESA DE DIREITOS

A categoria bancária já está em Campanha Nacional em defesa de valorização dos salários com ganho real, manutenção do emprego e de direitos trabalhistas. Na Conferência Nacional da categoria, realizada entre os dias 29, 30 e 31 de julho, em São Paulo, foram definidos que os eixos centrais da Campanha (veja o quadro abaixo).

A Conferência também aprovou um manifesto político intitulado “**Nenhum direito a menos**” (verso), onde para garantir seus direitos sociais, fortemente ameaçados, os trabalhadores repudiam mudanças na política de valorização do salário mínimo e os retrocessos que envolvem a reforma da Previdência, como aumentar a idade mínima para a aposentadoria.

Outro tema que terá grande destaque na Campanha Nacional da categoria bancária será o combate ao Projeto de Lei sobre terceirização (PLC 30) que será votado no Senado. Para os bancários e bancárias a terceirização é sinônimo de retrocesso e prejuízos, tendo em vista a perda de uma série de direitos garantidos pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) como jornada de trabalho, férias remuneradas, 13º salário, Plano de Cargos e Salários, além da redução de 70%

nos salários dentre outras perdas porpostas pelo governo golpista de Michel Temer.

A pauta política da categoria bancária nesta Campanha Nacional reivindica: Fora Temer, Respeito incondicional aos direitos contidos na CLT e na Constituição Federal; Valorização do piso salarial de todas as categorias; Melhores condições de trabalho e redução da jornada; Defesa do patrimônio público e da soberania nacional; Redução das taxas de juros.

“ Vivemos uma conjuntura onde o governo golpista joga no lixo e quer acabar com todas nossas conquistas de classe, impondo arrocho salarial e precarização do trabalho, prejudicando indistintamente trabalhadores públicos e privados, na ativa ou aposentados, urbanos e rurais. Por isso, mais do que nunca, a Campanha Nacional 2016 exigirá participação e engajamento de cada bancário e bancária nessa luta da classe trabalhadora em defesa do emprego e de direitos. ”

**Rosalina Amorim**

Presidenta do Sindicato dos Bancários do Pará.



## PRINCIPAIS REIVINDICAÇÕES DA CAMPANHA NACIONAL 2016

» Reajuste salarial: 14,78% (incluindo reposição da inflação mais 5% de aumento real)

» PLR: 3 salários mais R\$8.317,90

» Piso: R\$3.940,24 (equivalente ao salário mínimo do Dieese em valores de junho último).

» Vales alimentação, refeição, 13ª cesta e auxílio-creche/babá no valor de R\$880,00 ao mês para cada (salário mínimo nacional).

» Melhores condições de trabalho com o fim das metas abusivas e do assédio moral que adoecem os bancários.

» Emprego: fim das demissões, mais contratações, fim da rotatividade e combate às terceirizações diante dos riscos de aprovação do PLC 30/15 no Senado Federal, além da ratificação da Convenção 158 da OIT, que coíbe dispensas imotivadas.

» Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS): para todos os bancários.

» Auxílio-educação: pagamento para graduação e pós.

» Prevenção contra assaltos e sequestros: permanência de dois vigilantes por andar nas agências e pontos de serviços bancários, conforme legislação. Instalação de portas giratórias com detector de metais na entrada das áreas de autoatendimento e biombos nos caixas. Abertura e fechamento remoto das agências, fim da guarda das chaves por funcionários.

» Igualdade de oportunidades: fim às discriminações nos salários e na ascensão profissional de mulheres, negros, gays, lésbicas, transsexuais e pessoas com deficiência (PCDs).

# NENHUM DIREITO A MENOS\*

## #FORATEMER

As categorias representadas pela **CUT, CTB, Intersindical Central da Classe Trabalhadora e UGT** e em campanha salarial no segundo semestre de 2016, enfrentam uma conjuntura extremamente difícil de desemprego, arrocho salarial e de total insegurança e desamparo em relação à educação, saúde, previdência e assistência social. Neste cenário adverso, todas se unem em torno da mesma bandeira de luta: **NENHUM DIREITO A MENOS!**

Empregadores do setor privado e do setor público e aqueles que tomaram de assalto o governo brasileiro alegam que a crise econômica em que se encontra nosso País pede providências duras.

Apoiados por uma maioria conservadora no Congresso Nacional ameaçam retirar direitos históricos da classe trabalhadora.

As medidas propostas pelo governo interino ignoram o trabalhador e a sociedade brasileira, jogam no lixo seus direitos trabalhistas e sociais, impõem arrocho salarial e precarizam o trabalho, dificultando a todos os brasileiros o acesso a direitos garantidos pela Constituição. Esses direitos estão sendo cortados para pagamento de juros ao mercado financeiro, que nos primeiros cinco meses de 2016 já atingem 6,5% do PIB.

Ao desrespeitar a Constituição Federal e a CLT, as propostas prejudicam indistintamente trabalhadores públicos e privados, na ativa ou aposentados, urbanos e rurais.

**Nesse contexto, essas categorias são terminantemente contra a proposta de que acordos e convenções coletivas negociados com patrões possam reduzir direitos previstos na CLT, não aceitam a flexibilização do contrato de trabalho, nem a proposta de terceirização irrestrita.**

Para garantir seus direitos sociais, fortemente ameaçados, os trabalhadores repudiam mudanças na

política de valorização do salário mínimo e os retrocessos que envolvem a reforma da Previdência, como aumentar a idade mínima para a aposentadoria.

Da mesma forma, os trabalhadores são contra o estabelecimento, por 20 anos, de teto para gastos do governo por meio de emenda à Constituição Federal (PEC 241). Repudiam também a DRU (Desvinculação dos Recursos da União) e a DREM (Desvinculação dos Recursos dos Estados e Municípios). Esse conjunto de medidas do governo interino visa o desmonte dos serviços públicos, como saúde e educação, bem como a precarização do trabalho no setor.

Os trabalhadores e trabalhadoras representados **pelas centrais que assinam este documento** e em campanha salarial unificada repudiam também a criminalização dos movimentos sociais, a proposta de renegociação das dívidas dos Estados à custa de precarização dos salários e das condições de trabalho dos servidores, a privatização de empresas estatais, as mudanças no regime de partilha do Pré-Sal e a entrega de sua exploração às empresas estrangeiras, ferindo nossa soberania e traíndo os interesses da nação.

Não bastassem todos esses ataques aos direitos individuais e coletivos, os trabalhadores ainda rejeitam a influência do judiciário nas campanhas salariais (interdito proibitório) e sua cumplicidade com medidas que levam à retirada de direitos dos trabalhadores e trabalhadoras. **Por todos esses motivos, as centrais convocam suas bases** para a construção de uma **MOBILIZAÇÃO NACIONAL** que mostre ao governo interino a união da classe trabalhadora em defesa de seus direitos.

Da mesma forma, as categorias representadas pela **CUT, CTB, Intersindical Central da Classe Trabalhadora e UGT** em campanha salarial no segundo semestre de 2016 cerram fileiras e erguem sua voz, proclamando: **NENHUM DIREITO A MENOS!**

**\*Manifesto aprovado por unanimidade pelos delegados e delegadas na 18ª Conferência Nacional dos Bancários**

